

## TRABALHO ABSTRATO E TRABALHO CONCRETO: UMA RELEITURA DOS CLÁSSICOS DA TEORIA MARXIANA

### ABSTRACT WORK AND CONCRETE WORK: A REREADING OF THE CLASSICS OF MARXIAN THEORY

Silvia Neves SALAZAR\* 

Pollyana Tereza Ramos PAZOLINI\*\* 

---

**Resumo:** O artigo situa a partir de uma releitura dos clássicos da teoria marxiana, a categoria trabalho como central na análise do trabalho profissional do Serviço Social. Afirma o trabalho na sua dupla dimensão: tanto o trabalho na perspectiva do trabalho assalariado, circunscrito às determinações da sociedade capitalista, quanto o trabalho enquanto capacidade humano genérica de homens e mulheres transformarem a realidade e também transformarem-se. Busca estabelecer as mediações com os fundamentos teórico-metodológicos que situam assistentes sociais na condição de classe trabalhadora assalariada, e que tem um aparato normativo balizado pelo Projeto ético-político (PEP) do Serviço Social brasileiro. Nestes termos, mesmo que de forma introdutória, a pergunta central que permeia este artigo, de análise bibliográfica exploratória é, “Como pensar a materialização do trabalho profissional do Serviço Social a partir do PEP, numa sociedade balizada pelo modo de produção capitalista?”

**Palavras-chave:** Trabalho concreto. Trabalho abstrato. Capitalismo.

---

---

**Abstract:** Based on a rereading of the classics of Marxian theory, the article places the category of work as central in the analysis of professional work in Social Work. It affirms work in its double dimension: both work from the perspective of salaried work, limited to the determinations of capitalist society, and work as a generic human capacity for men and women to transform reality and also transform themselves. It seeks to establish mediations with the theoretical-methodological foundations that place social workers in the condition of salaried working class, and which has a normative apparatus guided by the Project ethical-political (PEP) of the Brazilian Social Service. In these terms, even if in an introductory way, the central question that permeates this article, of exploratory bibliographic analysis, is, “How to think about the materialization of the professional work of Social Work from the PEP, in a society guided by the capitalist mode of production?”

**Keywords:** Concrete work. Abstract work. Capitalism.

---

Submetido em 13/04/2023. Aceito em 18/04/2023.

---

\* Assistente Social. Professora Associada III do Departamento de Serviço Social da UFES. Área de pesquisa: Trabalho e Formação Profissional. E-mail: [silviaufes@yahoo.com.br](mailto:silviaufes@yahoo.com.br)

\*\* Assistente Social da Secretaria de Saúde do município de Vila Velha/ES. Mestra em Política Social pelo Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [pollyanapazolini@gmail.com](mailto:pollyanapazolini@gmail.com)



## Introdução

A partir de Lukács (1979, 2013) e Marx (1996, 2008), que partem do trabalho como categoria central para análise das relações sociais que conformam a sociedade capitalista, buscamos trazer alguns elementos que incidem no desenvolvimento do ser social inscrito na dinâmica da sociedade de classes. Trata-se de refletir sobre tal complexo social, onde o Serviço Social se inscreve como uma profissão reconhecida na divisão sócio-técnica do trabalho. Nesta direção, tal apreensão teórico-prática é necessária para compreensão dos limites e possibilidades do exercício profissional, na medida em que partimos da perspectiva de que todo trabalho na sociedade capitalista implica necessariamente na dimensão do trabalho concreto e trabalho abstrato.

Entretanto, dada a complexidade da sociedade capitalista contemporânea marcada por transformações significativas, que vem se opondo a um processo de humanização do homem em articulação com o trabalho, atividade vital e inerente ao ser social. A sociedade capitalista contemporânea vem aprofundando formas ainda mais intensificadas e radicais de exploração do trabalho, reduzindo o trabalho humano a mero meio de subsistência. Destituído cada vez mais de sentido para aqueles/as que vivem do trabalho. (Antunes, 2009).

Nesta direção, expresso no neoliberalismo, o movimento contemporâneo do capitalismo traz um cenário de desolação no mundo do trabalho. Nos últimos anos, especialmente a partir do governo Bolsonaro e da pandemia do Covid-19 vivenciamos uma realidade que escancarou as desigualdades sociais e a banalização da vida. Realidade esta que já vinha marcada por um aumento exponencial do desemprego, da intensificação da exploração do trabalho por meio de relações cada vez mais precarizadas.

E é nesta realidade onde por vezes não encontramos saídas, diante da crise estrutural do capital, que este artigo se propõe a resgatar alguns elementos que conformam a dupla dimensão do trabalho, enquanto categoria fundante constitutiva do ser social, e ao mesmo tempo do capital.

### 1. Categoria trabalho enquanto um ato fundante do ser social

O trabalho tem relevância central porque é categoria que funda o ser social, ou seja, do ponto de vista da satisfação das necessidades humanas, expressa o ato fundante do ser social, que diferencia o ser humano de qualquer outra espécie de ser vivo. Para Marx o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização de homens e mulheres, ou seja, das relações sociais. Independente da forma de organização societária o trabalho é condição de existência do ser humano, “[...] é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p. 297), com a finalidade de satisfazer suas necessidades. E, ao mesmo tempo em que modifica a natureza, modifica a si mesmo.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder” (LUKÁCS, 1979, p. 16).

Essa apreensão do significado ontológico do trabalho nos possibilita realizar reflexões acerca do desenvolvimento das relações sociais e trazer à tona as potencialidades do indivíduo social nesse processo. Nesta direção, evidenciamos a concretude de uma atividade que busca responder as necessidades do homem, e que tem como objetivo primário a reprodução de sua existência. Assim, o trabalho humano em sua essência emerge em meio à luta pela existência, e à medida que se desenvolve em outros estágios e formas sociais não se desvincula de sua característica originária: a relação metabólica entre o homem e a natureza (LUKÁCS, 2013). Logo, a objetivação deste trabalho,

[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996, p. 297).

É a partir do trabalho que se coloca a possibilidade da existência humana, com a intenção de produzir e reproduzir as necessidades dos homens, em primeira instância. Ao produzir, o homem se modifica - pensa e reflete – por meio de um ato consciente. “De modo que a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (MARX, 2008, p.248). A reciprocidade dessa transformação - a relação inseparável homem e natureza - é permeada por determinações socialmente históricas.

O ponto de partida da ontologia marxiana do ser social nos fornece possibilidades enriquecedoras de análise. Pois, o método histórico crítico dialético é apreendido na sua historicidade, processualidade e contraditoriedade dialética. A operação dessas categorias está presente na forma como Marx buscou compreender a realidade social, e a desvendar as múltiplas determinações que constituem a sociabilidade burguesa de sua época. Traçou um caminho para conhecer a essência do objeto, partindo “[...] do concreto representado que chega a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples, [...] uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008, p. 258). Essa perspectiva contribui para a apreensão de elementos que desvendam a aparência do cotidiano, fazendo emergir determinações fundamentais para compreensão dos desafios e possibilidades do trabalho na vida humana.

O trabalho é base na produção e reprodução da vida social. Por meio dele criamos utilidades a determinados objetos, que visam à satisfação humana. Essa relação se dá objetivamente na relação entre o homem e a natureza. Independente da forma de sociedade, o trabalho cria valor de uso, produz coisas úteis e se efetiva por meio de um trabalho concreto que transforma seu ambiente no seu meio de sobrevivência. Desta forma,

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2008, p. 172).

É “no trabalho que estão contidas *in nuce* todas as determinações que constituem a essência do novo ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44). Origina-se, assim, o ser social que deixa de ser forma imediatista na relação com a natureza, típico dos animais, para um intercâmbio orgânico típico do ser social: expresso no trabalho humano pensado, idealizado. Por isso, a afirmação de que o trabalho funda o ser social, e está no centro da humanização do homem.

Para Marx, o gênero humano resulta de um *salto* na dinâmica da natureza (inorgânica e orgânica), que sofreu uma inflexão substantivo-estrutural quando se instaurou o ser social: este foi colocado pelo *processo do trabalho* (*trabalho* entendido no sentido do inglês *work*, não *labour*). Com o trabalho, que é uma atividade desconhecida no nível da natureza, posto que especificado pela *teleologia* (quando o que a natureza conhece é a causalidade), um determinado gênero de ser vivo destacou-se da legalidade natural e desenvolveu-se segundo legalidades peculiares. É o *pôr teleológico* do trabalho que instaura o ser social, cuja existência e desenvolvimento supõem a natureza e o incessante intercâmbio com ela. (NETTO, 1994, p. 34).

Esse salto determinará traços peculiares do ser social: sua capacidade de elaborar na consciência um determinado resultado, que supõe o intercâmbio com a natureza, para manutenção da sua existência. Esse é um processo que o distingue da natureza, o desenvolvimento do ser social que afirma seu processo de humanização. Assim, a capacidade que o homem tem de transformar o que está posto na natureza se realiza a partir de uma objetividade, de uma ação com determinada finalidade, visto que o homem é um ser pensante, um ser que tem capacidade de criação. Onde o resultado é uma transformação de um ser em-si em ser para-si, um processo teleológico fruto do trabalho.

Marx ilustra essa capacidade teleológica do homem estabelecendo uma analogia do trabalho de um arquiteto com a ação de uma abelha na construção dos favos de suas colmeias. No caso do arquiteto, “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador” (MARX, 1996, p. 298). É um produto da consciência do ser idealizado a partir das necessidades humanas, produzido e reproduzido na processualidade histórica das relações sociais. O processo teleológico implica na determinação de um pôr, uma finalidade, e sem ele não seria possível a realização de qualquer trabalho. Desta maneira,

[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material. [...] nem é preciso repetir Marx para entender que qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal pôr, que determina o processo em todas as etapas (LUKÁCS, 2013, p. 51).

Essa capacidade de projetar um determinado resultado é uma das características que tem centralidade no trabalho humano e enriquece a formação do ser social. A consciência inicia um processo real de busca a respostas que garantam a sobrevivência do homem a partir da realidade concreta. Neste processo, identificamos a capacidade criativa na realização do trabalho, onde a consciência impulsiona esse processo transformador da natureza, supera uma possível interpretação da mera adaptação do homem, e propulsa um estágio específico do ser, mais complexo e de um caráter primariamente ontológico, um estágio do ser social (LUKÁCS, 2013).

Desse modo, a consciência apresenta alternativas a realidade posta, de uma totalidade em-si para uma totalidade para-si, com força criativa e produtora. O sujeito atribui um papel ativo no ato do trabalho e criador de respostas às suas carências, são reflexões ativas que guiam as atividades. E, à medida que o trabalho se desenvolve e objetiva as forças essenciais humanas, cria a possibilidade permanente da evolução humana (IAMAMOTO, 2014). Essa força criativa e transformadora rompe com uma possível naturalização da relação do homem com a natureza, como ocorre no caso da abelha. Assim, a atividade humana é marcada por um agir consciente, que projeta e reflete sobre a ação, que se modifica a partir da interação entre sujeito-objeto, e o meio social. Essa interação é marcada por mediações e contradições que o sujeito, como ser pensante, apreende na realidade social.

Com a finalidade de concretizar sua vontade, o homem converte o objeto em meios para alcance de suas necessidades. Essa conversão é dotada de razão, onde o homem busca um determinado resultado e mobiliza os recursos existentes para o seu alcance. Um dos aspectos que se coloca diante do problema dos meios e dos fins e das escolhas é a necessidade de conhecimento do objeto, para buscar através dos meios (instrumentos e técnicas) a finalidade almejada. Por meio do conhecimento do objeto é que pode existir o resultado do trabalho mais próximo do que foi almejado (LUKÁCS, 2013). Através desse conhecimento se pauta um aspecto central do trabalho humano, a finalidade do processo que orienta a transformação do objeto através do raciocínio, do qual apreendemos na teoria marxiana - a capacidade teleológica.

Acresce que, essa relação teleológica que reflete, projeta e transforma a realidade através de meios utilizados para determinado fim é permeada por condições causais. Essas condições têm um papel decisivo no processo de trabalho, pois se por um lado, inicialmente, tem-se uma finalidade projetada neste processo, ao realizar transformações no meio, criam-se novas propriedades. Trata-se de um processo complexo que envolve a capacidade e criatividade humana diante de determinadas condições. Deste modo, essas condições causais transformam-se em uma causalidade posta (LUKÁCS, 2013).

Essa estrutura ontológica do processo de trabalho, que o torna uma cadeia de alternativas, não deve ficar obscurecida pelo fato de que, no curso do desenvolvimento e mesmo em fases de desenvolvimento relativamente baixas, as alternativas singulares do processo de trabalho se tornem, através do exercício e do hábito, reflexos condicionados e, desse modo, possam ser enfrentados “inconscientemente” no plano da consciência (LUKÁCS, 2013, p. 72).

A compreensão dessa relação teleológica e da causalidade enquanto parte de um conjunto de objetivações reais do ser social (GUERRA, 2018), são fundamentais para uma aproximação da categoria trabalho, e da discussão acerca do trabalho profissional que o Serviço Social vem forjando ao longo dos últimos quarenta anos, especialmente.

Sob essa perspectiva mais ampliada, o trabalho se apresenta como potencial criador sob determinadas condições, que visa alcançar um determinado objetivo, relacionado a busca pela sobrevivência humana. Essa capacidade de projeção e de criação de alternativas compõe o momento fundante da sociabilidade humana, do ser social. E conforme Lukács (2013, p. 82), “o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem”. O trabalho é uma objetivação especificamente humana e elementar na constituição do ser social e das relações sociais como um todo. É o trabalho que garante a condição humana. Pois, se suprimirmos o intercâmbio do homem com a natureza não existe a sociedade.

O trabalho enquanto ato de criação determinado pelo produto de uma consciência, que antecede a prática é objetivação elementar a partir da qual as outras capacidades se desenvolvem. Só existimos enquanto ser social na medida em que nos objetivamos. O processo de trabalho é a objetivação ontológico-social primária, pois a humanidade se desenvolve na medida em que se desenvolve seu sistema de objetivações, e o conjunto delas estaria reservada a práxis enquanto atividade objetivo-criadora do ser social (NETTO, 1994). Assim, cabe adensar a partir deste debate do trabalho, a categoria práxis. Esta traz elementos importantes onde é possível

(...) apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo e autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz (BRAZ; NETTO, 2007, p. 44, grifo do autor).

O trabalho, deste modo, é o modelo da práxis social. É a partir da forma originária do trabalho - *como órgão do metabolismo entre homem e natureza* – que nascem e se realizam as demais objetivações materiais e ideais. É por meio da práxis que ocorre a superação da animalidade do homem, e cria-se uma relação de totalidade com o mundo, “a práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza, quanto realização da liberdade humana” (KOSÍK, 1976, p. 205).

A práxis, enquanto atividade consciente objetiva, é constitutiva do ser social, relaciona-se com o agir humano e a transformação da realidade. Portanto, ela ocupa um lugar fundamental no processo de afirmação da relação indissociável, entre teoria e prática, que supera a naturalidade dos fatos e as respostas imediatas. Nesta direção, o homem enquanto ser social histórico toma decisões a partir do conhecimento da realidade concreta e age a partir de uma consciência. Trazer essa discussão da práxis para o Serviço Social é fundamental para negar um exercício profissional meramente tecnicista e pragmático. Afinal, o

pragmatismo é funcional à manutenção de uma dada ordem, pois enxerga na aparência a verdade, e busca a utilidade do conhecimento para sustentar sua ação numa perspectiva individual (VÁZQUEZ, 2011).

A práxis expressa a ideia de pensar sobre a ação humana, de um agir consciente e de reconhecer o potencial dos indivíduos sociais intervirem sobre a realidade. Reivindica-se, assim, a práxis como categoria central que possibilita situar o trabalho na sua dimensão ontológica, e enquanto potência criativa e transformadora da realidade social. Portanto, este é um modelo da práxis social, que se contrapõe a dimensão do trabalho reduzido ao valor de troca. Este é um ponto crucial para a superação de uma visão idealista e desprovida da realidade material, que favorece uma perspectiva fatalista e de naturalização das relações sociais constitutivas do modo de produção capitalista. Pois é na realidade concreta que estão presentes elementos para a ação humana, mas para tanto, é preciso reflexão.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que para se aprofundar de maneira mais consequente precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 2018, p. 123).

Destaca-se a relevância da teoria enquanto elemento decisivo para a transformação. Por meio da unidade teoria e prática que se coloca o lugar central da práxis. A teoria é uma forma de se apropriar da realidade, ela “não é nem a verdade nem a eficácia de um ou de outro modo não teórico de apropriação da realidade; ela representa a sua compreensão explicitamente reproduzida” (KOSÍK, 1976, p. 26). Uma compreensão que se coloca diante de uma complexa realidade, marcada por um agir comprometido com uma determinada visão de mundo que envolve mais que uma mera junção de teoria e prática, mas que envolve elementos políticos de uma dada direção social.

Neste sentido, a potencialidade da práxis, enquanto manifestação da vida, contribui para confrontarmos os mecanismos de exploração que insistem em negar as possibilidades humanas de um trabalho concreto. Da dimensão da práxis, que cria valor de uso para responder as necessidades dos indivíduos de forma livre e consciente. Assim, a práxis representa um modo peculiar do gênero humano dotado de capacidade de escolhas, orientada por uma consciência crítica.

Corroboramos com Yamamoto (2014, p. 345) quando afirma que “repor o humanismo marxista no centro da análise é condição necessária para fazer emergir o indivíduo social, como sujeito criativo vivo, presente no pensamento de Marx”. E nesta direção, é fundamental resgatar a dimensão ontológica do trabalho na obra de Marx, como caminho para entender o que é o trabalho e como ele funda o ser social e as relações sociais estabelecidas nessa dinâmica.

Ao compreendermos as potencialidades dos homens e mulheres, enquanto ser social, e as possibilidades históricas que estão postas na realização do trabalho concreto, podemos apreender as mediações entre a realidade e a materialidade do projeto ético-político do Serviço Social. Mesmo que diante

das contradições e limites impostos pela dinâmica da sociabilidade capitalista, não podemos negar a construção de um arcabouço teórico-prático construído historicamente pelo Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas. Tal apreensão, contribui para identificar a capacidade de análise da realidade e elaboração de estratégias profissionais, alinhadas com a direção ético-política da profissão, mesmo diante dos desafios do trabalho abstrato.

## **2. Trabalho abstrato e suas determinações no trabalho profissional**

Na sociedade capitalista, o trabalho se apresenta numa determinada forma social de produção dada pela centralidade da produção de mercadorias, a partir da exploração do trabalho humano (BRAZ; NETTO, 2007). Neste processo, o trabalho se afasta do seu caráter de realização humana, e se reduz a um processo de esgotamento das forças dos sujeitos que trabalham. O trabalho traz um caráter desumanizador do ser, tornando-se apenas um meio de subsistência, e se afastando cada vez mais de todo seu potencial criativo e transformador, para sustentar a produção de riquezas de outrem.

Como ponto de partida de suas análises, Marx (1996) afirma que na sociedade capitalista a riqueza aparece sob a forma de mercadorias, que tem como propriedade satisfazer as necessidades humanas de qualquer natureza. Essa propriedade é considerada pelo autor como valor de uso, trabalho que se volta a produção de coisas úteis para suprir necessidades humanas. Entretanto, outra propriedade que compõe essa mercadoria - o trabalho -, e que mais interessa para a dinâmica do capital: é o valor do trabalho que se apresenta enquanto valor de troca, dimensão abstrata do trabalho, que iguala as mercadorias e possibilita, na aparência, uma relação de troca.

E no modo de produção capitalista a dimensão abstrata do trabalho impulsiona um processo de “desrealização” do ser social,

Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital (ANTUNES, 2005b, p. 69).

O trabalho vê-se subtraído da sua identidade e seu caráter originário sendo envolvido numa relação de alienação e estranha da sua objetivação primária, e do sujeito que produz. Ocorre uma subsunção da composição do valor de uso das mercadorias, que submete a produção a sua dimensão concreta, diminuindo cada vez mais o caráter útil do trabalho, em detrimento do processo de valorização do capital, expressa na dimensão abstrata do trabalho.

Podemos afirmar que essa é a grande contribuição de Marx ao realizar a crítica a Economia Política, ao apreender a teoria do valor-trabalho, decifra os elementos centrais de análise da composição orgânica do



capital, ou seja da sociedade burguesa. Marx chega ao fundamento do valor que constitui a mercadoria, e a torna especial: o trabalho humano, que reflete a sua dupla dimensão: trabalho concreto e trabalho abstrato.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1996, p. 175).

Deste modo, a mercadoria tem em sua composição o valor de uso, expressão do trabalho concreto, e o valor de troca, expressão do trabalho abstrato. O valor enquanto composição do produto/mercadoria “é a expressão material do trabalho social na forma específica, assumida pelo trabalho na economia mercantil” (IAMAMOTO, 2014, p. 61). É essa forma social e histórica do capitalismo que garante a correspondência de troca com outra mercadoria, por isso denominado valor de troca. Esse valor se expressa na relação social do modo de produção capitalista fundado na exploração do trabalho humano.

Esse é um ponto chave para decifrar a dinâmica da Lei geral da acumulação capitalista e a composição orgânica do capital. Nas palavras de Marx:

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, amassa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego (1996, p. 245).

Assim, o capital - composto pelo capital constante (meios de produção/ forças produtivas) e pelo capital variável (força de trabalho) - se movimenta em busca de mudanças na sua composição visando o processo de acumulação. Onde é a força de trabalho que cria valor. Essa dinâmica capitalista gera a criação de uma força de trabalho excedente, e um cenário onde a classe trabalhadora fica a deriva da exploração por parte do capital (MARX, 1996). Esse é um aspecto central para desvendar o processo de pauperização dos(as) trabalhadores (as) e a raiz desse fenômeno de exploração do trabalho, profundamente radicalizada no cenário atual.

Na medida em que o conceito de valor não é estático e está em constante desenvolvimento, pois é social e histórico (CARCANHOLO, 2011), apreendemos que o valor carrega em si uma forma social e histórica do capitalismo, expresso na relação social de produção. Assim, o valor de uso aparece no intercâmbio das mercadorias e por isso está intrinsecamente relacionado ao valor que irá expressar a troca com outra mercadoria. Contudo essa relação de troca se dá apenas na sua aparência.

Considerando que a mercadoria é composta por essas duas propriedades: valor de uso e valor de troca, e que a utilidade de uma coisa faz dela valor de uso, como se constitui a característica valor? Conforme Carcanholo (2011), o mecanismo que a sociedade mercantil utilizará, será o trabalho humano.

Em termos sintéticos: o *trabalho socialmente igualado* é a *substância* do valor; o *valor* é *trabalho humano cristalizado*, cuja existência é puramente social e sua materialidade enquanto valor só pode revelar-se na relação de uma mercadoria com outras; a *forma social de manifestação do valor* é o *valor de troca* (dinheiro); e a *grandeza do valor* é *medida pelo tempo – tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria*, o que é um dado histórico, variando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 62).

Nesta direção, o trabalho abstrato tem seu fundamento no valor, e somente se realiza no intercâmbio de mercadorias, sendo um aspecto particular da sociedade mercantil. Em um processo de alienação produzido nas relações da sociedade mercantil, o trabalho concreto é subsumido ao trabalho abstrato (CARCANHOLO, 2011). Ou seja, a utilidade da mercadoria é posta em segundo plano, diante da necessidade de criar valor. Nesta dinâmica do capital, o trabalho abstrato vai subordinando cada vez mais o trabalho concreto a essa forma social da produção e reprodução capitalista, no sentido de sustentar a máxima da valorização do valor. Um processo de subsunção real do trabalho ao capital, onde as necessidades do trabalhador são cada vez mais subjugadas às necessidades do capital.

Capturado pelas relações sociais capitalistas, o trabalho assume uma forma alienada e se reduz a um processo de busca incessante pela valorização de capital, no processo de troca de mercadorias. Com efeito, na sociedade mercantil, a mercadoria ao ter o valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessária a sua produção, e que se transforma em equivalente para sua troca, produz um efeito de reificação das relações humanas, ao assumir formas e relações entre coisas (IAMAMOTO, 2014). Essa relação social resulta em um processo em que o ser social se vê alheio ao processo de produção, o que deveria ser realização transforma-se em negação do processo de humanização do homem.

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, na qual os homens são atomizados, não realiza adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, reificando e coisificando o homem e suas relações. Em lugar da consciência de ser social livre e emancipado, tem-se o culto da privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente (ANTUNES, 2005b, p. 72).

Movido pela lógica do capital, o trabalho humano é representado na mercadoria em seu duplo caráter, com características advindas do valor de uso e do valor de troca. Essa dupla dimensão que funda o valor das mercadorias transforma a própria força de trabalho humana em uma mercadoria,

[...] que, ao ser acionada e consumida como atividade, aliada aos meios de produção, é capaz de vivificá-los, transferindo o seu valor ao produto e criando um valor superior ao seu preço (expresso no salário), apropriado sem equivalente pelos proprietários dos meios de produção (IAMAMOTO, 2014, p. 63).

Esse processo expressa uma relação de domínio do trabalho alheio voltado à produção de mercadorias que são equivalentes ao processo de troca por outras mercadorias. Resulta-se assim uma

mercantilização das relações sociais marcada pelo modo de produção capitalista. Onde a exploração do trabalho torna-se a mercadoria central deste processo.

De acordo com Marx (1996) o modo de produção capitalista é marcado por dois fenômenos particulares que ilustram a subordinação do trabalho enquanto potencialidade criadora aos desejos do capitalista, fortalecendo um processo de coisificação das relações humanas. Primeiramente, o homem trabalha sob o controle do capitalista que tem o domínio da sua força de trabalho. Segundo, o produto do trabalho não pertence a quem produz, mas é propriedade do capitalista. Logo, “o valor de uso da sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista”, sendo que o “[...] processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 1996, p. 304).

Nestes termos, o trabalho se complexifica na dinâmica da sociedade capitalista, e já não aparece na totalidade dos trabalhos, esse processo direto de intercâmbio entre a natureza e o homem. Nessa relação de produção o trabalho é mediado por uma divisão social do trabalho, condição para existência desse processo de troca de mercadorias. Mas vale destacar que, não há produção isolada, ela envolve um determinado grau de desenvolvimento social e uma relação geral da produção, com a distribuição, a troca e o consumo de mercadorias (MARX, 2008). Essas são condições gerais no desenvolvimento da sociedade burguesa, que se complexifica no processo de produção e reprodução do capital, em cada estágio de manifestação do capitalismo no curso da história.

O processo direto de produção do capital é seu processo de trabalho e de valorização, que tem por resultado uma mercadoria e cujo móvel é a produção da mais-valia. Já o processo de reprodução abrange esse processo direto de produção, quanto a fase de circulação (compra e venda), isto é, seu ciclo periódico, que se repete sempre de novo e constitui a rotação do capital (IAMAMOTO, 2014, p. 64).

A produção e reprodução do capital é um processo cíclico e dialético, expressa no modo de produção que transforma tudo em mercadoria e, especialmente, a força de trabalho dos indivíduos; reproduzido por meio da circulação de mercadorias e culminando na produção da mais-valia. Marx observou esse fenômeno na sociedade burguesa, buscando na produção e na circulação de mercadorias a explicação do processo de valorização do capital, e conclui que a forma como os indivíduos produzem em sociedade é o ponto de partida.

Portanto, entender a lei do valor-trabalho é essencial, pois ela nos explica a relação desse processo de valorização com a busca voraz pelo lucro, advindo da extração de mais-valia, essência que se expressa através da exploração do trabalho.

Ao analisarmos essa dinâmica da relação social do capitalismo, compreendemos como tal relação aparece como uma lei natural na sociedade, onde o conjunto da classe trabalhadora passa a ser capturada por essa lógica. Neste processo, o trabalho humano vendido enquanto força de trabalho se expressa como única fonte de valor, e central no movimento de valorização do capital.

## Considerações Finais

O artigo revela como a releitura dos clássicos da teoria marxista nos trazem elementos para pensar a dimensão ontológica e sociológica do trabalho, num contexto marcado pela intensificação da exploração do trabalho e numa reprodução ampliada da lógica do capital. Nesta direção, o trabalho voltado para produzir valores para acumulação do capital, expressa um processo que determina não apenas as relações econômicas de produção, mas o próprio desenvolvimento do ser social. Uma vez “que a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, brota da reprodução da própria existência” (LUKÁCS, 2013, p. 87).

Nestes termos, o trabalho abstrato fundamento do valor dado historicamente na sociedade capitalista, é produção de riqueza na forma mercadoria, que se constitui a sociedade capitalista em que vivemos. E tendo como base a exploração do trabalho humano, em um processo insaciável de valorização do valor, que transforma a totalidade da vida social em mercadoria.

Neste processo evidenciamos na sociedade contemporânea que, em momentos de crise a busca de valorização e acumulação do capital traz implicações ainda mais profundas ao mundo do trabalho, incidindo diretamente na vida do conjunto da classe trabalhadora. Segundo Iamamoto (2014, p. 53) “o capital, em seu movimento de valorização, produz a *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso”. Esses dois elementos são fundamentais para situar as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, diante da produção e reprodução da vida social na ordem do capital, e que envolve relações sociais complexas e contraditórias que precisam ser apreendidas.

A compreensão de tais relações sociais nos permite desvelar a inserção do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho na dinâmica da sociabilidade burguesa, e situar alguns elementos do trabalho profissional, diante da condição de classe trabalhadora assalariada.

Assim sendo, assistentes sociais também vivem cotidianamente os desafios na relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, circunscrita a uma determinada conjuntura econômica, política e social na dinâmica da sociedade de classes. Inserida nessa dinâmica, a assistente social é marcada por sua condição de trabalho assalariado e por um projeto profissional. Neste sentido, as particularidades das condições e relações de trabalho da profissão exigem elucidar o reconhecimento das características deste trabalho, tanto como trabalho concreto, que constitui um projeto profissional, quanto na sua dimensão de trabalho abstrato, e seu vínculo no processo de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2014).

As condições de vida e de trabalho das assistentes sociais também expressam um produto histórico das relações de classe, raça e gênero da sociedade capitalista, atravessada por contradições que precisam ser apreendidas no campo das relações sociais, fundamentada na dinâmica da totalidade histórica.

Nesta direção, a categoria trabalho é fundante para a apreensão das contradições e tensões presentes no cotidiano do trabalho profissional da assistente social. Particularmente, porque considerar a unidade contraditória do trabalho permite analisar as

[...] tensões entre o direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 214).

Por fim, desvelar a dinâmica contraditória dessas tensões demanda analisarmos a realidade brasileira e as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, situando como o Serviço Social está inserido nesse processo de reprodução da vida social. Trata-se de um esforço de compreender o trabalho do Serviço Social no movimento histórico da realidade, e no complexo processo de reprodução das relações sociais determinado pela dupla relação do trabalho concreto e trabalho abstrato.

## Referências

- ANTUNES, R. L. C. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BRAZ, M. NETTO, J. P. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CARCANHOLO, R. A. **Capital: essência e aparência**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2014.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018, Artigo 1, p. 25-46.
- KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- KOSÍK, K. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 9-54.
- LUKÁCS, G. A falsa e a autêntica ontologia de Hegel. In: **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41-126.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política tradução e introdução**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, J. P. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano XV, n. 44, abr, p. 26-42, 1994.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Tradução Maria Encarnación Moya. 2 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Clacso: São Paulo: Expressão Popular, 2011.

---

**Contribuições das autoras:**

**Silvia Neves Salazar:** Contribuiu com a concepção do artigo, sua redação e revisão crítica final.

**Pollyana Tereza Ramos Pazolini:** Realizou sua dissertação de mestrado, a qual deu base para o artigo. Contribuiu desde o planejamento do artigo, levantamento bibliográfico assim como na redação do artigo.

---